

Artigo – Seção Estado, Organizações e Sociedade

Política regional e planejamento cultural territorial no estado da Bahia

Janaina Santos Dias
Universidade Federal Fluminense

RESUMO

O presente trabalho é um recorte da minha dissertação de mestrado intitulada: Os Territórios de Identidade da Bahia: uma estratégia de desenvolvimento regional. A pesquisa consiste em uma análise descritiva da política de desenvolvimento regional do estado da Bahia. O texto faz uma breve reflexão do modelo de desenvolvimento que o governo baiano vem implementando, que busca na proposição de suas políticas públicas, reconhecer e conformar a diversidade cultural dos 27 territórios que compõem o estado. Propomos um pequeno debate tomando como referência os paradigmas contemporâneos de desenvolvimento com novas interpretações na construção de campos epistemológicos que trazem a cultura e a afirmação dos territórios como fatores primordiais e que reconhecem a força dos elementos culturais na promoção do desenvolvimento. A pesquisa é de cunho bibliográfico e traz o resultado de entrevistas feitas durante a pesquisa de campo na cidade de Salvador com técnicos do governo do estado da Bahia e pesquisadores especialistas em políticas culturais e territoriais. O que apreendemos a de uma parcial análise da Política de Desenvolvimento Regional do estado da Bahia é que o desenvolvimento é compreendido de forma mais ampla conceitualmente, ao perceber o potencial transformador que a diversidade e as especificidades culturais locais e regionais podem exercer no desenvolvimento do estado e seus territórios.

Palavras-chave: desenvolvimento regional territorial, cultura e desenvolvimento regional; cultura e território.

ABSTRACT

This paper is a clipping of my master's thesis entitled: The Identity Territories of Bahia: a regional development strategy. The research consists of a descriptive analysis of the regional development policy of the state of Bahia. The text makes a brief reflection of the development model that the Government of Bahia has been implementing, which seeks in the proposition of its public policies, to recognize and conform the cultural diversity of the 27 territories that make up the state. We propose a small debate taking as reference the contemporary paradigms of development with new interpretations in the construction of epistemological fields that bring culture and the affirmation of territories as primordial factors and that recognize the strength of cultural elements in the promotion of development. The research is bibliographic in nature and brings the result of interviews made during field research in the city of Salvador with technicians from the state government of Bahia and researchers specialized in cultural and territorial policies. What we perceive in a partial analysis of the Regional Development Policy of the state of Bahia is that development is understood more broadly conceptually, beyond the economic aspect only, by perceiving the transformative potential that diversity and local and regional cultural specificities can exert in the development of the state and its territories.

Keywords: regional territorial development, culture and regional development; culture and territory.

1. Introdução

Os últimos anos têm sido dinâmicos na mundialização de alguns processos, códigos e linguagens e ao mesmo tempo de reivindicação do local, do popular e de tudo aquilo que vincula com o entorno físico, ou seja, o “Território.”

Na discussão sobre o desenvolvimento, existe uma mudança de valores tanto no campo teórico, quanto no político e ideológico. Essa transformação representa uma tendência importante, haja vista o esgotamento dos modelos tradicionais de desenvolvimento baseados apenas no crescimento econômico, cujos limites são reconhecidos suscitando-se a necessidade de construção de sociedades mais justas.

Nessa perspectiva, apresentam-se ressignificações de conceitos e estratégias para a

construção de um novo modelo de desenvolvimento que trazem a cultura como alicerce. Como destaca Barbosa da Silva (2010, pg.8):

O desenvolvimento hoje é discutido a partir de um novo paradigma, onde o questionamento e a crítica à redução do desenvolvimento ao seu aspecto estritamente econômico reenfatiza as dimensões mais profundas e filosóficas de um projeto global de sociedade que implicam em crenças mais amplas conceitual e filosoficamente sobre o desenvolvimento humano, econômico e social e, essa concepção de desenvolvimento, envolve o contexto cultural.

A cultura hoje ainda é pouco concebida como uma capacidade individual e coletiva que está inserida na dinâmica do processo de desenvolvimento e que deva ser integrada num projeto coletivo de transformação. Dessa forma, destacamos a valorização das especificidades e diferenças culturais que têm levado diferentes lugares, países, cidades e governos a optarem por estratégias de desenvolvimento que resultam na afirmação, reconstrução e valorização de sua própria identidade cultural.

O debate teórico do texto caminha na direção do debate sobre o desenvolvimento, a partir do reconhecimento da sociedade em sua diversidade e identidades culturais.

Dentro dessa perspectiva, o estado da Bahia vem propondo em sua política de estado que a cultura é um fator primordial no processo de desenvolvimento local/regional e que o desenvolvimento do estado está calcado nas práticas sociais e nas representações através das quais as populações de seus territórios constroem o sentido de suas existências e que estas configuram como dimensão do desenvolvimento. O estado tem tomado os seus 27 Territórios de Identidade como espaços de articulação de estratégias de desenvolvimento regional.

O objeto de análise aqui considerado é o modelo de desenvolvimento regional do estado da Bahia apoiado na abordagem territorial com aspectos de natureza cultural e identitária. A análise descritiva parte dos elementos substantivos da abordagem territorial cultural identitária da política, ou seja, uma abordagem culturalista tendo o conceito de identidade como elemento que consubstancia o “Território” e deste como unidade de planejamento de desenvolvimento regional.

A abordagem metodológica foi de natureza qualitativa descritiva - compreensiva a partir da revisão bibliográfica sobre cultura, território e desenvolvimento e da observação de premissas, conceitos e pressupostos da política regional do estado da Bahia e de informações, interpretação e análise de diferentes documentos primários e secundários sobre o objeto da pesquisa e dados coletados a partir das entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo na cidade de Salvador em outubro de 2015.

A motivação para a pesquisa partiu da identificação pessoal da autora com a política implementada no estado da Bahia e da necessidade de se repensar prioridades na formulação e implementação de políticas públicas que promovam a cidadania nos espaços locais, aumentando o interesse da população por viver em seus territórios, preservando a cultura local e utilizando seus saberes, conhecimentos e talentos para promover o bem estar.

Conforme destaca Lustosa da Costa (2013 pg.180) “um projeto de transformação calcado num paradigma cultural de desenvolvimento a partir da cultura faz-se indispensável revolucionar a forma de planejar e gerenciar a ação para o desenvolvimento” que implica considerar a busca por um sistema local que não signifique exclusão ou isolamento, mas pelo contrário, que abra novas oportunidades no campo social, econômico, político e institucional e, no caso do estado da Bahia, com base territorial. A motivação para a pesquisa e escolha do estado da Bahia.

O artigo está organizado em três seções principais, além desta introdução e de uma breve conclusão. A segunda seção traz uma breve discussão a respeito do elemento cultural nas abordagens sobre o desenvolvimento. E a terceira seção traz uma leitura descritiva da política de desenvolvimento regional do estado da Bahia. Na quarta seção refletimos sobre a cultura como fator estruturante para a elaboração das políticas públicas do estado da Bahia.

2. O elemento cultural nas abordagens sobre o desenvolvimento

Sou da opinião de que a reflexão sobre a cultura brasileira deve ser ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento brasileiro. (CELSO FURTADO,

1984).

Abordamos o desenvolvimento a partir do contexto histórico, político, social e econômico e de sua institucionalização na agenda global, entendido através da história, dos debates e tensões conceituais que passam o conceito.

O conceito de desenvolvimento é fruto de um processo histórico de evolução de ideias e instituições. O debate desde o século XIX é extenso e o conceito vem ganhando maior importância desde então; seu campo semântico tem mudado conforme os contextos e sustentando projetos políticos e ideológicos, orientando e compondo as experiências históricas de diferentes países. Dessa forma, sobretudo, na América latina, inúmeras visões do conceito foram sendo estabelecidas historicamente e não há, hoje, uma definição exata e unânime do que seja o desenvolvimento¹.

O desenvolvimento enquanto conceito e discurso a ele pertinente estão situados no espaço e tempo específicos ao longo da história². Diferentes teorias e intensos embates teóricos e ideológicos contribuíram para a formação e ampliação do conceito e para a criação de um conjunto de ação política para o desenvolvimento e para o aprofundamento do debate. E como expõe Acosta (2016):

Desde meados do século XX, um fantasma percorre o mundo... Este fantasma é o desenvolvimento. E embora a maioria das pessoas, certamente, não acredite em fantasmas, pelo menos em algum momento acreditou no “desenvolvimento”, se deixou influenciar pelo “desenvolvimento”, perseguiu o “desenvolvimento”, trabalhou pelo “desenvolvimento”, viveu do “desenvolvimento”... E é muito provável que siga fazendo isso ainda hoje (ACOSTA 2016, p.82).

A perspectiva, que apresentamos no texto são ressignificações de conceitos e estratégias para a construção de um novo modelo de desenvolvimento que trazem a cultura como alicerce.

No Brasil, no início do sex XXI, com a eleição de Lula da Silva para presidente em 2002, ressurgiram ideias de retomada da liderança do estado na promoção do desenvolvimento, com o resgate das questões regionais e a valorização das políticas sociais, entre outros pressupostos, os quais foram identificados com o conceito desenvolvimentista, atribuindo a esse novo momento; a denominação de novodesenvolvimentismo (BIELSCHOWSKI, 2012).

O novo desenvolvimentismo no Brasil, de acordo com Bielschowsky (2014) se traduziu como sendo “o projeto de superação do subdesenvolvimento através da industrialização integral, por meio de planejamento e decidido apoio estatal” (BIELSHOWSKY, 2014, p. 33).

O novodesenvolvimentismo surge como proposta de desenvolvimento que supõe “romper” com a proposta neoliberal e surge como uma ideologia no Brasil, tornando-se o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil nos governos de Lula da Silva e seguido nos governos Dilma Rousseff. No entanto, o novo desenvolvimentismo, como expõe Siscú (2006), não se trata de uma repetição do desenvolvimentismo nacional dos anos de 1950 e 1960, mas de uma defesa de um desenvolvimento autossustentável desde o ponto de vista econômico e social.

João Siscú (2006), no livro “Novo-Desenvolvimentismo” destaca que:

Estamos tratando de um projeto que deve enfrentar uma realidade diversa e, em certo sentido, muito mais indecifrável que aquela dos anos 1950, quando a industrialização foi dirigida pelo modelo de substituição de importações, o qual era baseado em um protecionismo generalizado do mercado interno e em uma ampla intervenção estatal, inclusive por meio de empresas estatais atuando em setores de infraestrutura e de produção de insumos básicos [...]. Hoje as disputas internacionais se tornaram muito mais complexas e acirradas, e os sistemas financeiros nacionais se integraram e globalizaram-se. Os tempos atuais são outros e exigem, portanto, um

¹ A América Latina gerou importantes revisões contestadoras do desenvolvimento, que se traduziu num esforço analítico de entender e explicá-lo se afastando do paradigma universal de modernização capitalista e avança na compreensão das condições históricas, das especificidades e da trajetória do continente e de seus países, conforme a posição na cadeia e momentos da expansão capitalista mundial. Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 surgiram várias visões críticas sobre as características e as possibilidades do desenvolvimento dos países latino-americanos (ALIMONDA, 2012).

² De acordo com Eduardo Déves Valdes (2003), no âmbito das ciências sociais na América Latina, a partir dos anos 50, existiam dois paradigmas políticos, um modernizador, onde a noção de desenvolvimento se relacionava a industrialização, sociedade moderna entre outros conceitos. E outro paradigma identitário, que se referia a defesa de um tipo de desenvolvimento autóctone e autônomo que busca um modelo de vida no interior da própria cultura e história que permita uma organização social e autêntica. (DÉVES, 2003, p.1).

Novo-desenvolvimentismo (SICSÚ, 2006 s/p).

Assim, dentro de um projeto político neodesenvolvimentista, as relações entre cultura e desenvolvimento passaram a integrar também o debate político no Brasil a partir de 2003 que, em certo período foi capaz de oferecer recursos conceituais, epistemológicos e institucionais que permitiram repensar a nossa trajetória truncada e excludente de desenvolvimento até então, e retoma-se a temática do desenvolvimento local/ regional, apontando-se para a necessidade de instituir uma lógica de desenvolvimento e de planejamento que considerasse as peculiaridades de cada local; conformando-se o enfoque territorial e o paradigma cultural como eixos estratégicos do desenvolvimento brasileiro e modelos de políticas públicas, onde a questão do território torna-se uma dimensão pertinente.

Os conceitos de cultura, território e desenvolvimento regional foram gradativamente ganhando densidade na forma de projetos e políticas públicas para o desenvolvimento. Conforme destaca Rubim (2015), nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores, a cultura nas políticas de estado deixou de ser apenas formal e decorativa e ganhou um caráter substantivo, com o reconhecimento da diversidade do país, com a expansão da liberdade e a efetivação, mesmo com limitações, de direitos individuais, políticos, econômicos, sociais, ambientais e especialmente culturais, com o fortalecimento do Ministério da Cultura e das Políticas Culturais, a partir de 2003.

A necessidade de se repensar modelos hegemônicos causadores de assimetrias e injustiças aliada a uma série de transformações institucionais e econômicas aponta para a emergência de um novo paradigma de desenvolvimento onde a cultura tem ganhado centralidade (BARBOSA DA SILVA, 2012).

Nesse sentido, diversos autores defendem a possibilidade de se configurar e pensar o desenvolvimento de diversas maneiras e que diferentes desenvolvimentos são possíveis. Escobar (2007) e Acosta (2016)³ defendem que, pensar um projeto político de desenvolvimento, requer que este seja culturalmente pensado como um projeto de nação. Nessa perspectiva a cultura não é uma dimensão ou pressuposto do desenvolvimento, ela é o próprio solo de onde se brotará o desenvolvimento.

Celso Furtado foi um dos primeiros autores sobre o desenvolvimento o colocar a discussão em termos culturais destaca. O autor brasileiro destaca que a que a cultura de uma sociedade é o que define a sua visão de desenvolvimento e o que condiciona a sua consecução, ou seja, uma sociedade desenvolve-se na medida da sua compreensão sobre o sentido e o significado do desenvolvimento, e esse significado é, em grande parte, construído no domínio da cultura (FURTADO, 2012).

Furtado aponta para a necessária interação entre cultura enquanto sistema de valores que definem os fins e o desenvolvimento das forças produtivas (que definem os meios), ou, noutros termos, a necessária interação entre identidade cultural e potência produtiva (BOLAÑO, 2015).

O autor demonstra em suas reflexões a preocupação em articular as políticas econômica (cuja tônica é a acumulação), social (cujo foco é a inserção) e cultural (cujo essencial é a criatividade e a conseqüente transformação), ou seja, estabelece os elos entre os meios e os fins do processo de desenvolvimento, apontando os vínculos existentes entre as dimensões econômica, social e cultural. Furtado defende a ação do Estado através de articulação política e institucional para criar as condições que propiciem o exercício da criatividade do homem, ou seja, as iniciativas surgidas na sociedade.

O desenvolvimento para Furtado seria menos o resultado da acumulação material do que um processo de invenção de valores, comportamentos, estilos de vida, “de criatividade”, ou seja, um processo cultural.

Uma reflexão sobre a nossa própria identidade terá de ser o ponto de partida do processo de reconstrução que temos pela frente, se desejamos que o desenvolvimento

³ O Bem Viver, conceito em construção apresentado por Alberto Acosta refere-se à vida em pequena escala, sustentável e equilibrada, como meio necessário para garantir uma vida para todos e a própria sobrevivência da espécie humana e do planeta. O fundamento são as relações de produção autônomas, renováveis e autossuficientes. O Bem Viver se expressa na articulação política da vida, no fortalecimento de relações comunitárias e solidárias, assembleias circulares, espaços comuns de sociabilização, parques, jardins e hortas urbanas, cooperativas de produção e consumo consciente, comércio justo, trabalho colaborativo, com diversidade e respeito ao próximo (ACOSTA 2016, pg.16).

futuro se alimente da criatividade do nosso povo e contribua para a satisfação dos anseios mais legítimos desse (FURTADO, 2013, pg.247).

Barbosa da Silva (2012) aborda os temas Cultura e Desenvolvimento como processos sociais, sendo considerados como dimensões de uma realidade socialmente construída. Ambas as dimensões estão envolvidas e se referem a uma realidade e a um porvir de realizações, construídas socialmente a que se deve almejar e alcançar.

Para Denise Fonseca (2005), os termos cultura e desenvolvimento têm uma unidade semântica. Há entre esses dois termos uma identidade natural, rompida a partir do momento em que, nas nossas construções de sentido, associamos a cada um deles conteúdos de valores incompatíveis. A autora entende cultura da seguinte forma:

A cultura é compreendida como sendo o conjunto das características de uma sociedade: suas interações, seus valores, a maneira como ela constrói e transmite conhecimentos, e a forma como os representa, cultura como o próprio desenvolvimento social de uma comunidade – e vice-versa – independentemente da sua escala ou dos seus conteúdos (FONSECA, 2005, pg. 2).

A pesquisadora expõe que cultura e desenvolvimento podem ser considerados termos de uma equação de congruência e se não o forem é porque esta identidade em algum momento se perdeu, porque o valor de pelo menos um destes domínios se modificou política e epistemologicamente.

A autora defende necessidade de pensar cultura e desenvolvimento a partir de categorias teóricas em termos da nossa própria experiência histórica, o que, talvez nos permita desenvolver práticas políticas e sociais mais justas e equilibradas, além de informar a concepção de políticas públicas sobre as quais pode constituir o pilar que apoie o chamado desenvolvimento. Porém, para que a equação que conjuga cultura e desenvolvimento venha a ser de congruência, é preciso que se definam valores para estes termos, que levem a uma harmonização entre meios e finalidades.

Discursos sobre identidade e diversidade cultural, o reconhecimento dos fatores intangíveis como os povos, as tradições, as crenças, a educação, a saúde, os direitos, as liberdades, os diferentes modos de vida e produção, a invenção, a criatividade, a natureza enfim, toda uma estrutura social e cultural vem possibilitando diversas conexões e interações entre cultura e desenvolvimento trazendo importantes reflexões e reafirmando a centralidade que tem a cultura na circunstância contemporânea (BRIZUELA, 2014).

Conforme Paulo Miguez (2006) o lugar que ocupa hoje a cultura no processo de desenvolvimento, é o lugar da transversalidade, ou seja, ao transitar fora das fronteiras de seu campo singular restrito e específico, a cultura estabelece enlaces com outras dimensões da vida em sociedade assumindo, como observa Stuart Hall (1997), uma função de importância sem igual no que diz respeito à estrutura e à organização da sociedade moderna tardia, aos processos de desenvolvimento, do meio ambiente global e à disposição de seus recursos econômicos e materiais (MIGUEZ, 2006, pg.14).

A cultura impõe-se, também, como uma espécie de fator transversal em planos e graus diferenciados, atravessando a política, a economia e os domínios da administração e da gestão, mas também na religião, no campo jurídico e das tecnologias, das agências que definem as agendas desenvolvimentistas e entre outros setores (MIGUEZ, 2006, pg.17).

O pesquisador Frederico Lustosa da Costa, da Universidade Federal Fluminense, corrobora com a transversalidade da cultura no processo de desenvolvimento. O autor defende a premissa de que a cultura é um fator primordial no processo de desenvolvimento. Apesar de todas as dificuldades para incorporá-la a um projeto de desenvolvimento, a dimensão cultural hoje passou a ser compreendida e valorizada. Generalizou-se a consciência de que qualquer transformação das condições de vida de uma comunidade depende do reconhecimento, aceitação e valorização dos traços que lhe conferem identidade, sentido de pertença e autoestima (LUSTOSA DA COSTA, 2011).

O pesquisador, no entanto, defende a cautela ao usar as noções de cultura e desenvolvimento e as correlações que se estabelecem entre os conceitos, evitando na medida do possível propor conceitos marcados pela imprecisão, pelo etnocentrismo e pela

instrumentalização, seja no sentido de adotar estratégias de modernização de caráter etnocêntrico e, tratar o desenvolvimento como um processo de mudança de mentalidades, baseado “na arma absoluta de toda conversão – utilizar como alavanca “o desejo ser outro” (LUSTOSA DA COSTA, 2011, pg.3)”. O autor desenvolve estudos na área de cultura e desenvolvimento regional.

Lustosa da Costa ao abordar o tema cultura e desenvolvimento regional defende o conceito de Bacia Cultural. A noção de Bacia Cultural constitui um espaço geográfico diferenciado, que toma como referência a cultura regional, valorizando, ao mesmo tempo, a identidade e a diversidade.

A bacia cultural pode ser definida como um território que se configura em torno de um mesmo fluxo cultural, nutrido por fontes culturais diversas, que se fundem e se desdobram numa rede relacional de influências e confluências, para formar, em sua diferença e a partir de um imaginário compartilhado, um espaço original (LUSTOSA DA COSTA, 2013, pg.153).

O conceito de Bacia Cultural destaca os aspectos institucionais das transformações econômicas e os elementos históricos e culturais que caracterizam o território como dimensões constituintes do processo de desenvolvimento. Nesse sentido, ganham relevância os elementos relativos à identidade, que constituem fatores de agregação social. Ao se utilizar dessa noção de cultura – história compartilhada, sentido de pertença, práticas sociais comuns, como ponto de partida para a prospectiva, o planejamento do desenvolvimento regional pode ter forte sentido aglutinador, na medida em que permite novas abordagens sobre o problema da mudança e a transformação social, permitindo também rever as antigas concepções de desenvolvimento baseado na emergência de um novo paradigma que contempla as dimensões social, ambiental, institucional e cultural da vida humana associada (LUSTOSA DA COSTA, 2013).

Lustosa da Costa toma como referência o paradigma que entende o desenvolvimento como um processo de coordenação e sinergia entre vários processos de desenvolvimento local e regional, que tente integrar todos os mecanismos de intervenção governamental ou não governamental e colocá-los dentro da perspectiva da cultura regional e de definir um conjunto de objetivos e linhas de ação que considere os elementos históricos e culturais que caracterizam o território como aspectos relevantes para o processo de formulação e implementação de Planos de Desenvolvimento Regional.

Nesse sentido destaca que:

Essa concepção estratégica da Bacia Cultural considera que a cultura deve ser entendida como a matriz, em constante transformação, dos sentimentos e das maneiras de perceber e se apropriar do mundo que caracterizam as comunidades em um dado momento. Uma maneira abrangente de se apropriar dessa noção e incorporá-la ao desenho da estratégia é atentar para o fato de que não existem práticas que não estejam calcadas em representações através das quais os indivíduos constroem o sentido de suas existências. Instituições, práticas e representações configuram a reprodução e a mudança. Assim, também cabe aos atores sociais comprometidos com a transformação da realidade regional pensar as relações entre cultura e desenvolvimento como o primeiro passo para a formulação de estratégias de desenvolvimento viáveis, efetivas e legítimas (LUSTOSA DA COSTA, 2013, pg.188).

Para Lustosa da Costa cultura e desenvolvimento estão estreitamente ligados e conclui o autor:

Se o desenvolvimento for visto como um processo de transformação social orientado para a valorização da existência humana, a relevância da dimensão cultural fica mais evidente. A pertença a um determinado universo cultural é à base da identidade. Reconhecer-se membro de uma comunidade é parte constitutiva da autoestima individual e coletiva e fonte de felicidade. Uma e outra tornam possíveis a construção de projetos comuns, a formação da confiança mútua e o estabelecimento de relações de cooperação, vale dizer, a acumulação de capital social. Por outro lado, são as diferenças culturais que ensejam as trocas simbólicas e materiais. Identidade,

alteridade, capital social e cooperação são manifestações da cultura e fatores fundamentais de fortalecimento institucional e político, de progresso material e de desenvolvimento sustentável. Assim, o planejamento regional não pode descurar dos elementos culturais em qualquer esforço de prospectiva e ordenamento de ações de longo prazo (LUSTOSA DA COSTA, 2013, pg.192).

Os conceitos de território e de identidade são categorias importantes no pensamento sobre desenvolvimento regional do pesquisador Frederico Lustosa da Costa. Há o entendimento de que na transformação da realidade regional, pensar as relações entre cultura e desenvolvimento deve ser o primeiro passo para a formulação de estratégias de desenvolvimento viáveis, efetivas e legítimas (LUSTOSA DA COSTA, 2013, s/p).

Observa-se, então, quanto ao pensamento de Frederico Lustosa assim como os demais autores abordados nesse capítulo corroboram para pensar as relações entre cultura e desenvolvimento regional inseridas no planejamento governamental dos Territórios de identidade da Bahia enquanto uma política regional de desenvolvimento.

3. Os Territórios de Identidade da Bahia: uma estratégia de desenvolvimento regional com abordagem territorial cultural e identitária

Um primeiro aspecto que devemos ter em mente é que território e identidade são conceitos interligados, o que nos ajuda a entender porque atualmente o objeto do desenvolvimento deixa de ser um setor, um grupo de população ou uma dimensão específica para passar a ser um território com suas complexidades, articulações e riquezas (Thiago Xavier, informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador - BA, em outubro de 2015).

Foi no final do século XX, na década de 1990, com a adoção de políticas econômicas de corte neoliberal, como desregulamentações, privatizações e políticas sociais que induzem maior protagonismo da sociedade civil e maior descompromisso do Estado, que se introduziram, na Bahia, os primeiros programas de caráter localista, até alcançar, na atualidade perspectivas regionais e territoriais, no início do século XXI (ORTEGA;PIRES 2017, pg.7). As desigualdades regionais sempre estiveram presentes nos diferentes discursos e práticas de desenvolvimento, mas ganham contornos mais amplos e complexos no momento atual.⁴

No entanto, o modelo de desenvolvimento neoliberal não foi suficiente para transformar a realidade econômica e social, sobretudo das localidades menos desenvolvidas, que se encontravam em uma inércia demonstrada por indicadores sociais (educação, saúde, renda) que se encontravam aquém da média nacional, com uma elevada parcela da população em situação de pobreza e de extrema pobreza. Portanto, é no bojo deste processo que, a partir de 2003, com um novo governo⁵, emergem estratégias territoriais que visam um processo de desenvolvimento incluyente, em que o papel do Estado nacional visa combinar as ações bottom-up com as top-down, reconhecendo o protagonismo coletivo local dos arranjos socioprodutivos, mas ampliando suas ações na superação de obstáculos estruturais para o desenvolvimento (ORTEGA; PIRES, pg.10).

Nesse sentido, a partir de então, algumas políticas governamentais brasileiras fizeram o uso da abordagem territorial⁶, com destaque para o estado da Bahia que, ademais de receber as políticas nacionais, também implementou a sua política territorial própria.

Dessa forma, os Territórios de Identidade da Bahia, como uma política de desenvolvimento regional territorial se apresenta a partir de uma apropriação/apreensão do material, do concreto, do simbólico, do sociocultural e identitário do espaço socialmente construído, ou seja, percebido, vivido e concebido como paradigma e base estratégica para o desenvolvimento do estado. Em 2007, o governo da Bahia implementou uma nova

⁴ Os anos 1990 estiveram profundamente marcados por mudanças na estratégia de desenvolvimento, com adoção dos postulados do Consenso de Washington, que reduziu o papel intervencionista do Estado, que, aos poucos, foi perdendo sua centralidade como agente dinamizador da economia. O mercado As Políticas Territoriais Rurais e a Articulação Governo Federal e Estadual: um estudo de caso da Bahia 8 | tornou-se o principal ator responsável pela indução e dinamização das atividades econômicas. Em meio a esse cenário econômico, emergem políticas de desenvolvimento endógenas que tiveram o papel de auxiliar na indução da constituição de arranjos socioeconômicos locais como estratégia de desenvolvimento. Nela, com o Estado desempenhando um papel secundário no processo de fortalecimento das economias locais, esperava-se que a indução dos arranjos socioeconômicos, por meio da consolidação do capital social local, fosse capaz de dar maior dinamismo às suas economias(ORTEGA; PIRES, 2017, pg.8).

⁵ Em 2003, o governo do partido dos trabalhadores ocupava a gestão federal do país.

⁶ A partir do ano de 2003, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) desenvolveu, construiu uma metodologia para caracterizar e diferenciar e identificar tipologias territoriais no Brasil e possibilitar a partir dessa metodologia a implementação, a execução diferenciada e focalizada das ações e estratégias das políticas para o desenvolvimento rural/local/regional(BRASIL,MDA, 2003, pg.4-5).

regionalização institucional do estado em Territórios de Identidade (TI). A nova regionalização institucional priorizou uma abordagem sociocultural para o conceito de região, “territórios de identidade”, em substituição a uma abordagem estritamente econômica.

As ações com enfoque territorial implementadas pelo Governo da Bahia, baseiam-se em aspectos fundamentais para o planejamento governamental do estado que são: os campos socioeconômicos, físico-cultural, político-organizativo e simbólico cultural que constituem o território e, reunidos num espaço geográfico propiciam a formação de identidades individuais e coletivas, que evocam sentimentos de pertencimento que contribuem para a sua identificação enquanto território único. (BAHIA, 2015).

O estado pretendeu incorporar os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais nas ações do planejamento governamental, afirmando como pressuposto norteador dessa nova abordagem, o sentimento de pertencimento da população de cada território de identidade e a participação ativa da sociedade civil organizada na definição dos rumos dos seus territórios. A regionalização territorial se articula numa abordagem política que coloca a cultura no centro de um processo de regionalização institucional do território estadual (SERPA, 2015).

E sobre isso expõe Antônio Rubim:

[...] os territórios de Identidade além de falar em “território”, fala do conceito de “identidade”, ou seja, a identidade, a cultura daqueles lugares que pertencem àqueles territórios são fundamentais na sua conformação (Antônio Rubim, informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador - BA, em outubro de 2015).

A política territorial do governo da Bahia assume contornos diferenciados e uma lógica mais ampla no processo de divisão e reorientação da política pública de desenvolvimento que, de forma gradativa foi assumindo a perspectiva de política de Estado incorporando pressupostos, instrumentos específicos e inovadores no processo de gestão e construção das políticas públicas.

A metodologia e o conceito de Território de Identidade, definido e adotado como unidade de planejamento governamental do estado da Bahia nos foi esclarecido por Thiago Xavier em entrevista:

[...] a ideia que buscamos lá no início era buscar a definição de território dentro de uma conceituação ampla, que buscasse absorver as diversas dimensões, econômica, social, cultural, ambiental para adotar uma delimitação regional que respeite essas dimensões. E a síntese desse conceito é identificada com o sentimento de pertencimento das pessoas, as pessoas se sentirem pertencentes aquele espaço é porque essas dimensões evidentemente estão respeitadas e contempladas (Thiago Xavier, informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador, em outubro de 2015).

Dessa forma, o conceito principal associado ao de território de identidade é o de “pertencimento”. Os indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade na qual seus símbolos, em múltiplos aspectos, estão atrelados àquele espaço geográfico, ou seja, há um sentimento de pertencerem àquele território (SEPLAN, BA, 2015).

Assim, o processo de estruturação dos territórios da Bahia envolve múltiplos aspectos: **culturais** (costumes e valores, religiosidade, manifestações folclóricas, gastronomia, produção cultural, visão da sociedade sobre si mesma e outras formas de expressão da realidade local), **geoambientais** (características geográficas e ambientais, como topografia, hidrografia, clima, fauna, flora, solo, ecossistemas, preservação dos recursos naturais, defesa do princípio da sustentabilidade), **político-institucionais** (capacidade de formação de capital social - capacidade de negociação e cooperação da comunidade em prol de objetivos coletivos -, sua institucionalização em organizações sociais e outras formas, grau de articulação política das forças sociais no território) e **econômicos** (base produtiva, especialização econômica, conformação dos mercados e fluxos comerciais, produção e distribuição de renda, infraestrutura voltada à produção e às atividades econômicas, capacidade de transporte e comunicações, capacidade de articulação dos recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, etc.) (BAHIA, SEPLAN, 2015).

Ainda de acordo com o Thiago Xavier o primeiro desafio foi o de delimitar esses territórios, ou seja, promover a discussão a fim de que a população de maneira articulada, partindo de relações de identidade, inicialmente rural, tornasse possível delimitar esses territórios. Em 2007 chegou-se a um ordenamento de 27 territórios em todo o estado e o governo do estado acatou essa regionalização e acrescentou o território metropolitano de Salvador, que não era rural, e a denominação Territórios de Identidade como regionalização oficial, ordenamento territorial e unidade de planejamento do estado.

A Bahia absorveu bem o enfoque territorial devido a sua grande diversidade sociocultural e econômica expõe Thiago Xavier, mas destaca:

[...]. Muitos aqui mesmo na Bahia, no governo e nos movimentos sociais questionam o termo “Territórios de Identidade”, por compreenderem que dentro dos territórios existem várias identidades e por isso mesmo o termo não comportaria esse conceito de “identidade” e dizem: porque não chamar de territórios de Pertencimento? Eu digo, a identidade da Bahia é a nossa diversidade. E também porque devemos ter uma licença poética ao dar nome aos programas. Territórios de Identidade soa muito bem e resume bem a tamanha diversidade que temos aqui no estado da Bahia). O estado é muito diversificado e por isso ter formulado políticas homogêneas dentro dessa diversidade transformou o ativo do estado que é justamente a sua diversidade em um passivo que é a desigualdade regional que ainda persiste em todo o estado, o diretor de planejamento territorial expõe que 80% da arrecadação de todo o estado vem do território metropolitano de Salvador e que isso é uma grande pobreza para o estado, pois o estado não consegue se desenvolver mais, pelo nível de concentração extremamente elevado e pelo tamanho e potencialidades e diversidade do estado isso não se justifica. (Thiago Xavier, informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador, em outubro de 2015).

E expõe ainda que:

Os Territórios de Identidade forçam o estado a pensar políticas públicas específicas para cada território e esse é o desafio do planejamento e da gestão estatal; pensar as políticas a partir da diversidade e estimular as articulações intersetoriais e as transversalidades entre as políticas.

A política de desenvolvimento da Bahia estruturada a partir do território implica a multisetorialidade do desenvolvimento e o envolvimento plural de atores. Também implica ações e políticas pensadas e implementadas mediante o autoconhecimento de grupos e agrupamentos sociais quanto à sua aproximação a partir das dimensões econômicas, política, ambiental, social e cultural sendo assim a participação social no processo de implementação de políticas públicas nos territórios é de fundamental importância.

Ao assumir como elemento essencial da Estratégia de Desenvolvimento a incorporação da dimensão territorial na formulação e implementação do Plano de Governo, o Governo Estadual adotou o conceito de Território de Identidade para promover a organização territorial do Estado. Esta decisão reflete a busca de uma metodologia adequada para assegurar a efetividade do planejamento territorial. A gestão dos territórios se dará através da constituição dos Fóruns de Desenvolvimento Territorial, espaços da sociedade civil onde são possíveis a articulação dos interesses dos diversos atores, a interlocução com o Poder Público e o monitoramento das políticas públicas incidentes no território. (BAHIA, 2007:57).

A concepção da gestão das políticas nos territórios propõe que as práticas participativas sejam contínuas e permanentes e que a cada novo ciclo de participação a ser experimentado se mobilize novos atores; permita diagnósticos mais acurados, aproveitando melhor as potencialidades e oportunidades locais, política ou organizacional e que reúna condições de apontar soluções adequadas para enfrentar os problemas; que articule melhor os atores e as políticas públicas, fortalecendo os arranjos institucionais e aprimore o controle social do processo de desenvolvimento sustentável (BAHIA, 2016).

Sobre a participação social nos territórios Thiago Xavier afirmou que:

Nós temos que trazer a população para participar do processo político do estado, já que temos que ser mais eficientes e eficazes na execução das políticas públicas, temos

que trazer a população para discutir cada política e monitorar a execução e com isso promover essa concertação é importante que a gente consiga atingir melhor os objetivos e alcançar os resultados que a política pretende. Que é alavancar o desenvolvimento sustentável do estado, a melhoria da qualidade de vida a partir das potencialidades locais, modos de vida e culturas locais nos territórios (Thiago, Xavier, informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador, em outubro de 2015).

O estado formalmente sofisticou os instrumentos de gestão e de participação social, instituídos por lei, e, no aspecto institucional, vem horizontalizando a ação do estado com a criação de instâncias participativas e espaços públicos de participação social, o que se pode dizer que vem aproximando, de certa forma, a sociedade e o Estado na articulação das políticas públicas do estado.

A Bahia foi o estado que mais aperfeiçoou e sofisticou os instrumentos de política territorial e de participação social. O primeiro passo foi o primeiro PPA-P territorializado (metas territorializadas) e o estado acompanhou a mudança metodológica do PPA, passando o PPA a ter um caráter estratégico reforçando a função planejamento (alteração feita pelo governo federal em?) a Bahia foi o estado que mais aderiu a esse novo modelo que acreditamos ser um modelo que comunica melhor dentro do governo e para a sociedade quais são as entregas em produtos e serviços que o estado pretende fazer e traz com muita clareza de linguagem comunicação quais são os programas e compromissos e quais setores que irão participar destes compromissos, quais suas metas e iniciativas descrevendo e quantificando essas entregas colocando quais os indicadores de partida e aonde se quer chegar ao final do PPA. Essa estrutura facilita o processo de participação social, a sociedade é chamada a participar, esse ano de 2015 estamos indo para o terceiro PPA-P e a cada ano de escuta tentamos evoluir na gestão, hoje já está inserido no sistema corporativo de planejamento do estado, as escutas não como uma coisa a parte, mas todas as demandas territoriais e setoriais são inseridas no FIPLAM que já funciona há três anos (Thiago Xavier, informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador, em outubro de 2015).

O principal instrumento de gestão estratégica do estado da Bahia é o Plano Plurianual (PPA).

O Plano Plurianual Anual (PPA) é o instrumento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, considerando as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as relativas aos programas de duração continuada. O Governo do Estado da Bahia entende que o PPA deve se configurar como um documento político, pactuado e utilizado estrategicamente por todas as instâncias e, seguindo o objetivo de fortalecer a sinergia para o PPA. Suas principais diretrizes norteadoras são: fortalecimento da dimensão estratégica; fortalecimento da dimensão territorial; fortalecimento como instrumento da articulação setorial; aproximação com os planos setoriais e sistemas estaduais; e ampliação da participação social no planejamento e objetivos; fornecer elementos para a tomada de decisão; possibilitar o acompanhamento das políticas estratégicas (BAHIA, SEPLAN, 2015).

O PPA do estado da Bahia passou a ser dividido em áreas temáticas e contribuiu como impulso inicial para que outros processos consultivos fossem realizados na Bahia a partir de 2007. É o caso das Conferências Territoriais de Cultura, de Educação, de Direitos Humanos, de Comunicação, de Juventude, de Igualdade Racial, entre outras.

O PPA Participativo é uma iniciativa inédita do Governo do Estado, em que representantes dos mais variados segmentos, como movimentos sociais, produtores, comerciantes, cooperativas, indígenas, quilombolas, pescadores, professores, estudantes, ambientalistas, agentes culturais e de turismo, acadêmicos, religiosos, agentes públicos, ONGs, fóruns, conselhos, entre outros, puderam sugerir propostas e decidir sobre os temas prioritários para os Territórios de Identidade (BAHIA, 2007, s/p).

Compreendendo áreas temáticas como estratégicas para a atuação governamental, o

planejamento incorporou a lógica intersetorial e transversal das políticas públicas, permitindo uma maior articulação entre os níveis estratégico, tático e operacional de acordo com Thiago Xavier⁷. De acordo com Thiago Xavier a mudança metodológica no PPA facilita o processo de participação, pois, no ano de construção do PPA, a sociedade é chamada a participar.

Na conformação da política regional territorial ao assumir desde o início a territorialização das políticas culturais do estado e ao fazer com que a cultura sempre estivesse presente nos espaços colegiados de participação social. Hoje, na concepção da nossa política territorial do estado, o conceito de transversalidade é muito trabalhado. (Thiago Xavier, informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador, em outubro de 2015).

A estrutura territorializada do PPA baiano hoje tem conseguido fazer com que a cultura ganhe mais relevância, não é mais um tema periférico, como afirmou também Thiago Xavier da Secretaria de Planejamento - SEPLAN-BA.

4. A cultura como estruturante das políticas públicas nos territórios de identidade

“[...] trabalhamos com o elemento cultural, mas não com aquela cultura que a gente classificou como nas manifestações, mas sim a cultura do modo de vida. Nós estamos propondo que o modo como se organiza a sociedade é um processo cultural” (SERPA, 2015) (Trecho de Ubiramar Bispo - Coordenação Estadual dos Territórios – CET, Bahia).

Desde 2007 o estado da Bahia vem mudando a forma de pensar e conceber a cultura em suas políticas públicas. A abrangência do conceito qualifica a determinação das estratégias das políticas do estado ao delinear e assumir o conceito de cultura simbólica, cidadã e econômica, assim o governo da Bahia vem entendendo a cultura como o ponto de partida para as demais políticas públicas, que visem ao desenvolvimento humano baseado na liberdade e na igualdade (BAHIA, 2008).

A cultura conformada nos pressupostos da política regional defende o seu lugar como integrante das políticas públicas no estado, na medida em que passou a integrar as diferentes agendas. Deste modo, as demais instituições e o estado, puderam absorver conceitos, compreensões e visões que estão no domínio do simbólico e do intangível, e vem conferindo um caráter singular e identitário às concepções de políticas públicas do estado. Essa transversalidade proposta é uma consistente contribuição que a cultura pode dar para assegurar às políticas públicas um caráter singular em relação à identidade local dos 27 territórios de identidade da Bahia.

Nessa perspectiva, as prioridades estratégicas de descentralizar as ações; democratizar o processo de planejamento, a execução e avaliação dos programas e projetos, a Política de Desenvolvimento Territorial surge como um instrumento inovador para o alcance dos propósitos referidos na sua política de desenvolvimento regional.

Para Antônio Rubim, secretário de Cultura do estado no período de 2011 a 2014, a regionalização e reorganização do estado em Territórios de Identidade é uma conceituação muito cara ao campo da cultura:

A amplitude do conceito de cultura utilizado não apenas delinea a extensão do objeto das políticas do estado, mas comporta questões a serem enfrentadas por tais políticas no âmbito local, regional, nacional, macrorregional e global. Em um estágio societário em que as conexões da cultura adquirem um lugar analítico relevante (ANTÔNIO RUBIM, informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador, em outubro de 2015).

Os eixos estruturantes das políticas do estado: diversidade, descentralização,

⁷ O estado da Bahia Inaugura uma nova metodologia, em conformidade com as orientações emanadas do Governo Federal, tendo como principal motivação a busca por um caráter mais estratégico para o Plano, criando condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação de políticas públicas. No novo modelo, com o escopo ampliado de uma perspectiva setorial para uma escala de Governo, os programas temáticos foram concebidos a partir das diretrizes estratégicas, definidas para os diversos Temas, associados aos eixos estruturantes (BAHIA, 2011, p. 39).

democratização, diálogo, territorialização, reterritorialização e desenvolvimento, mostram o entendimento da cultura como estruturante das políticas públicas no estado da Bahia. Porém a sua centralidade no processo de desenvolvimento regional do estado ainda é um caminho longo. Nesse sentido Paulo Miguez destaca:

Temos experiências práticas que articulam cultura e desenvolvimento, quer no âmbito das políticas públicas governamentais, quer, também, no campo de ação de múltiplas agências e organizações da sociedade civil, cujos recortes específicos inscrevem-se, regra geral, na perspectiva do desenvolvimento local sustentado que levam em conta as especificidades dos Territórios de Identidade da Bahia. Mas a cultura ainda ocupa lugar subalterno no campo político, seja do ponto de vista de recursos e orçamento, seja quanto à concepção de política de estado. A cultura ainda é pouco tomada como referência para o desenvolvimento aqui na Bahia e no país como um todo. A dimensão estratégica que a cultura joga no campo político é utilizada em segundo plano. O campo da cultura tem uma percepção clara da importância da cultura. Aqui no estado, por exemplo, ela ainda é vista como a cereja do bolo, traz certo encantamento, mas não entra nas discussões sérias, não é chamada, uma vez que acredito que ela deva ser o ator central desse processo. E o resultado, claro, é muito menor do que uma proposta, uma política e um trabalho dessa natureza poderiam sugerir (PAULO MIGUEZ, informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador, em outubro de 2015).

E Ângela Andrade ressalta que:

[...] a população ainda precisa se reconhecer como sujeitos políticos do processo de desenvolvimento, a promoção da cidadania, dos direitos culturais e as liberdades precisam colocar o homem no centro desse processo. E a cultura alimenta e retroalimenta esse processo. O que considero inovador e revolucionário na política territorial da Bahia é justamente isso tentar levar o empoderamento aos agentes e aos colegiados territoriais (Ângela Andrade, informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador, em outubro de 2015).

Nesse sentido, Antonio Rubim afirma:

No Brasil há certo consenso hoje de que o desenvolvimento é econômico e social e de resolver a economia somente não adianta, sem melhorar as condições de vida das pessoas, sem promover a inclusão das pessoas. Isso podemos dizer que está mais ou menos consolidado. E o caminho é o componente ambiental, de sustentabilidade, ainda não assumimos isso, mas, é uma questão que a sociedade está muito atenta e, por conta disso, alguns governos tentam de alguma forma incorporar isso em algumas plataformas políticas (Informação concedida à autora durante a pesquisa).

Sobre o a dimensão cultural do desenvolvimento, ele destaca que, no campo da cultura não se avançou em lugar nenhum no Brasil. Fala-se muito da centralidade da cultura, mas ela ainda não é colocada nesse lugar, ainda não se avançou. Rubim chama a atenção para a necessidade de se ter em mente que o desenvolvimento ainda não é entendido no Brasil como tendo um componente cultural e que esse componente vai desde o plano individual, porque o desenvolvimento afeta os indivíduos, muda os indivíduos no plano individual e no coletivo.

A pessoa para ser um cidadão pleno ele tem que ter autoestima e isso tem a ver com seu lugar no mundo, um grupo tem que ter o direito de ter certa identidade social, então nesse sentido o desenvolvimento tem um componente cultural muito forte e também econômico, porque a cultura cada vez mais participa da economia da sociedade. A cultura em seu sentido amplo tem participação no desenvolvimento, mas isso ainda é muito pouco percebido infelizmente. E, se eu disser que o governo da Bahia fez isso eu estaria mentindo, ele foi sensível à cultura, mas a cultura não tem centralidade nas políticas do estado. Não tem centralidade no desenvolvimento do estado. O desenvolvimento cultural e político ainda estão um pouco distantes, eu digo longe de serem incorporados ao desenvolvimento. Então dito isso, é necessário uma concepção mais ampla, plena do desenvolvimento que tem uma dimensão política, cultural, social, ambiental (ANTONIO RUBIN, Informação Verbal concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador, em outubro de 2015).

O entrevistado acrescenta ainda que acultura ainda é trabalhada no âmbito das políticas públicas de forma setorializada, que é um equívoco total! Ainda não é possível fazer entender como a cultura interfere nos modos de produção, de vida, na economia local, na questão ambiental e na sustentabilidade, haja vista no planejamento do processo de desenvolvimento, expõe Antônio Rubim (2015).

Assim como afirma Thiago Xavier, a política territorial cultural identitária do estado da Bahia não é uma política de compreensão imediata, a sua leitura se dá pela vivência, que faz com que tenhamos um conhecimento de como essa política se desenvolve. Promover um processo de desenvolvimento sustentável significa articular projetos e ações estruturantes em todo o estado, assim como uma rede de sustentação e apoio entre as diferentes pastas políticas e os diferentes setores da sociedade. Desta forma, através de uma adequada articulação entre políticas sociais, territoriais e ambientais, culturais e econômicas é possível promover de certo modo uma melhoria da qualidade de vida da população e diminuir as desigualdades regionais. É necessário um projeto político, uma estrutura administrativa, operacional e econômica mínima para que possa gerar mudanças e transformações.

Thiago Xavier ainda destaca que a Bahia é uma referência nacional em política de desenvolvimento territorial e, no Brasil essa política tem pouco mais de doze anos, quinze talvez. Ainda é muito nova, destaca, por exemplo, que na Europa passou trinta e seis anos para se implementar uma política territorial de desenvolvimento. No estado da Bahia, durante esses anos a política territorial teve suas descontinuidades e essas mudanças acarretavam uma leve mudança de rumo, às vezes positiva por um lado e gerava descontinuidades por outro.

Mas a grande questão é que ainda é muito verde na nossa sociedade a concepção de desenvolvimento territorial e por isso eu acredito que existe sim um risco dessa política não ter continuidade, do jeito que ela está hoje. O que eu acho que não se acaba são os instrumentos de participação social, eu acredito que isso é um aspecto forte da nossa política territorial. Acredito que a nossa democracia incorporou isso como premissa de melhora para o empoderamento popular, a qualidade desses processos precisa melhorar muito e a necessidade hoje de um planejamento mais regionalizado e territorializado é urgente, porque com a complexidade que são as políticas hoje, você ir tratando município a município é economicamente, administrativamente e politicamente custoso (Thiago Xavier em entrevista concedida à pesquisa de campo realizada em Salvador, em outubro de 2015).

5. Considerações Finais

A política territorial do estado da Bahia tem sido inspiradora de transformações desencadeadas a partir de 2007 e, de certa forma continuadas ainda na gestão em curso. A política traz contornos inovadores, pois a ideia da participação popular é um elemento presente em toda a esfera do projeto estruturante da política regional, o que pode possibilitar no território ações de inovações sociopolíticas, uma vez que “o envolvimento pleno e ativo” dessas forças sociais voltado à promoção do desenvolvimento pode promover um processo de aderência ao cotidiano das pessoas e das instituições territoriais e, que também podem romper inércias e provocar mudanças na estrutura institucional possibilitando transformações locais e territoriais.

Nas últimas décadas no Brasil, as iniciativas de planejamento territorial e de desenvolvimento regional buscou promover a reversão de desigualdades por meio da valorização dos próprios territórios e seus recursos e da coordenação de políticas setoriais. Nesse sentido, “Os Territórios de Identidade da Bahia” enquanto uma iniciativa e estratégia política de desenvolvimento regional territorial cultural e identitário enseja muito desafios e questionamentos. Apresentam qualitativamente um avanço na formulação de políticas públicas e no planejamento governamental ao se localizar como uma proposta de transformação societária.

É notável a inovação no desenho de novas institucionalidades territoriais a partir das identidades econômicas, sociais, ambientais e culturais. O estado redesenha e, de certa forma, ressignifica o arranjo institucional local, ou seja, na perspectiva dos territórios, no intuito de promover uma concertação política, a articulação e integração das diversas esferas da sociedade civil.

A política regional “Territórios de Identidade da Bahia” traz ricos elementos para a reflexão, sobretudo a partir dos campos epistemológicos que incorporam o elemento cultural nas conceituações do desenvolvimento, assim como discutido teoricamente por autores citados no texto.

Este texto procurou demonstrar a preponderância da dimensão cultural para o desenvolvimento na atualidade, mesmo estando, ainda, distante de ser reconhecida e incorporada como centralidade no debate. O estado da Bahia vem propondo com sua política regional que a cultura, ou seja, os modos de vida e de viver e de se organizar alimentam o desenvolvimento do estado.

A política regional da Bahia a partir de sua especificidade cultural local e identitária e da articulação espacial territorial na conformação dos programas, planos e projetos nos seus 27 territórios tem muito a dizer e a colaborar com a questão do planejamento territorial e do desenvolvimento regional.

Ao delinear a cultura como estratégia de desenvolvimento, o estado da Bahia vem propor a cultura como o ponto de partida para as demais políticas públicas apontando claramente para uma mudança na perspectiva de entendimento da própria cultura.

Referências

- Acosta Alberto. (2016). *O bem viver. Uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Brasil: Elefante e Autonomia Literária.
- Alimonda, Hector. (2012). “Da Cepal ao partido dos trabalhadores” in: *Um Campeão Visto de Perto - Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro*. Brasil. Dawid Danilo Bartelt (org.) (Cap.1, pg. 5-16). Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/downloads/hector_alimonda.pdf.
- Bahia, (2015). Secretaria de Planejamento. *Plano Plurianual 2012–2015: alinhamento conceitual e metodológico*. Brasil, Salvador.
- Barbosa da silva, Frederico. (2010). *Indicador de desenvolvimento da economia da cultura*. Brasília: IPEA.
- Bielchowsky, Ricardo. (2000). *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Agrário. (2003) *Referência para o desenvolvimento territorial sustentável*. Brasília: MDA/IICA, 33 p. (Textos para Discussão, n. 4).
- Brizuela, Juan Ignacio. (2011). *Políticas Culturais para o Desenvolvimento Regional: O Caso do Programa Identidad Entrerriana (Argentina)*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia (UFBA)- BRASIL.
- Cruz, Danilo Uzeda (2015). *Estado, desenvolvimento e política pública: espaços participativos na gestão dos Territórios de Identidade na Bahia*. Salvador: EGBA.
- Devés Valdés, Eduardo. (2003). *El pensamiento latino americano em el siglo XX desde la CEPAL AL Neoliberalismo (1950-1990)*. Buenos Aires: Biblio.
- Dias, Janaina S; Alves, Angeline Coimbra. (2016). Desenvolvimento Territorial Cultural e Gestão Social: Os Territórios de Identidade da Bahia. *Anais do VII Seminário Internacional de Políticas Culturais, Rio de Janeiro, 17 a 20 de maio*, p. 986-1001. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2016/06/Anais-do-VII-Semin%C3%A1rio-Int-Pol-Cult.pdf>.
- Dias, Janaina Santos. (2017). *Os Territórios de Identidade da Bahia: uma estratégia de desenvolvimento regional*. Dissertação (Mestrado em Administração)- Faculdade de Administração e Ciências Contábeis - Programa de Pós Graduação em Administração- Universidade Federal Fluminense – UFF-Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
- Escobar, Arturo. (2000). Planejamento. In: SACHS, Wolfgang. (Ed.). *O Dicionário do desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes.
- Escobar, Arturo. (2007) *La invención del Tercer Mundo: Construcción y deconstrucción del desarrollo*. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana.

- Fonseca, Denise. (2005) Discutindo os termos de uma equação de congruência: cultura e desenvolvimento sustentável. In: LIMA, L. C. (Ed.). Em Debate. *Revista Eletrônica do Departamento de Serviço Social*, PUC-Rio, n. 1.
- Furtado, Celso. (2013). O Desenvolvimento do ponto de vista Interdisciplinar. In: Freire D'aguiar, (Org.) *O Essencial de Celso Furtado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hall, Stuart. (1997). *A centralidade da cultura: notas sobre a revolução cultural de nossos tempos*. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva & Guaciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Lustosa da costa, Frederico (2013). Cultura, território e desenvolvimento: a bacia cultural como conceito e estratégia. In: Frederico Lustosa da Costa. (Org.). *Política e gestão cultural: perspectivas Brasil e França*. Salvador: EDUFBA.
- Miguez de Oliveira, Paulo César. *Cultura, diversidade cultural e desenvolvimento*. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Disponível em: www.bndes.gov.br/bilbiotecadigital. Acesso em: 18-abr-2017.
- Neves, F, G, T. *Ação cultural para o desenvolvimento sustentável: trajetórias nova região do Cariri. 2010*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento regional sustentável PRODER) - Universidade Federal do Ceará, Campus Cariri. Ceará-Brasil
- Oliveira, M. L.(2010). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). (2017). *As Políticas Territoriais Rurais e a Articulação Governo Federal e Estadual: um estudo de caso da Bahia*. Antonio César Ortega e Murilo José de Souza Pires (Orgs.). Brasília.
- RUBIM, Antônio Albino C. (2007). *Políticas Públicas de Cultura no Brasil e na Bahia*. Salvador: EDUFBA.
- SANTOS, Milton. (2002) *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Perseu Abramo.
- SERPA, A (org.). (2015). *Territórios da Bahia. Regionalização, cultura e identidade*. Salvador: EDUFBA.